
“Menina, fecha as pernas” e outras questões de gênero

"Girl, close your legs" and other gender issues

"Muchacha, cierra las piernas!" y otras cuestiones del genero

Maria Eduarda Barbosa

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

Karla Galvão Adrião

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

Resumo

Este artigo se propõe a discutir questões referentes ao controle do corpo feminino e os entraves provocados no (não) exercício da autonomia¹ das mulheres (sobre seu corpo e sua sexualidade), atentando para os discursos que dão sustentação para esse tipo de opressão² tão entranhada em nosso cotidiano. Parte da análise de duas oficinas sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos com mulheres e homens jovens que fazem parte do Clube de Mães de uma Comunidade na Periferia do Recife – PE, cujo nome fictício é Alto do Paraíso. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com análise temática dos diálogos produzidos nas oficinas, a partir de um referencial feminista pós-estruturalista (Butler, 2003; Haraway,1995). Pretende-se com este artigo debater sobre questões em torno do saber psi no campo da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos, questionando as regulações de gênero que controlam e normatizam o exercício da sexualidade por parte de mulheres e homens jovens.

Palavras-chave: Gênero, Feminismo, Controle do Corpo, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

Abstract

The purpose of this work is to discuss questions about the control of female body and obstacles because of the non-exercise of women's autonomy (about their bodies and sexuality), attending to the discourses that support this kind of oppression which is very common daily. From the analysis of two workshops about sexual rights and reproductive rights with young women and young men who attend to the Mothers' Club of a community on the suburb of Recife-PE, which

the fictitious name is Alto do Paraíso. It's a qualitative research, with thematic analysis of the dialogues, produced in the workshops, from feminist poststructuralist framework (Butler, 2003; Haraway, 1995). This article intend to debate issues around knowledge psi and sexual rights and reproductive rights, arguing the gender regulations that control and standardize the practice of sexuality by women and men.

Keywords: Gender; Feminism; Control of body, Sexual rights and Reproductive rights.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir las cuestiones relacionadas con el control del cuerpo femenino y las barreras causadas al ejercicio (no) de autonomía de las mujeres (por encima de su cuerpo y su sexualidad), atendiendo a los discursos que dan soporte y apoyo a tales barreras² tan omnipresente en nuestra vida cotidiana. Parte del análisis de dos talleres sobre derechos sexuales y reproductivos a mujeres y hombres jóvenes que forman parte del club de la comunidad de la Madre en las afueras de Recife - PE, cuyo verdadero nombre es el Paraíso Alto. Se trata de un estudio cualitativo con el análisis temático de los diálogos realizados en los talleres, a partir de un marco feminista post estructuralista (Butler, 2003; Haraway, 1995). La intención con este artículo es discutir cuestiones en torno al saber psi en el campo de la salud y derechos sexuales y reproductivos, cuestionando las regulaciones de generos que controlan y regulan el ejercicio de la sexualidad de las mujeres y los hombres jóvenes.

Palabras-clave: Género, feminismo, Control del cuerpo, Derechos Sexuales y Derechos Reproductivos.

Introdução

Uma tentativa de transformar inquietações em propostas

Não é raro nos depararmos com comentários, diálogos ou outras expressões carregadas de sentidos disciplinadores

acerca da mulher. Há quem considere que é natural que a menina “sente com as perninhas fechadas, não fale palavrão, não se masturbe, não fale sobre sexo”. Mães, pais, escolas, cientistas, figuras religiosas, programas de televisão... - em outras palavras, as pessoas e as instituições - são

potenciais criadores ou garantidores de discursos que controlam a mulher. E o corpo, como nos diz Ana Paula Portela (2009), é instrumento e argumento deste controle. Instrumento porque é através dele que se ditam as normas sociais, e argumento quando se justificam desigualdades de gênero com base nas questões biológicas, em detrimento das culturais.

Esta é uma opressão que se dá de forma velada, e seu revestimento de naturalizações é um de seus maiores mantenedores. Estamos diante daquilo que Pierre Bourdieu (1974) chama de violência simbólica. Esse conceito está ligado às relações de dominação, entre pessoas ou grupos. É um tipo de violência que é exercida em parte com o consentimento de quem a sofre. A violência simbólica teria, portanto, sua raiz nos símbolos e signos culturais, especialmente na autoridade subentendida que algumas pessoas ou grupos exercem. Ela, sob esse ponto de vista, não seria entendida como violência mas como uma interdição, que se baseia em um respeito que "naturalmente" se exerce.

A problematização é uma eficiente estratégia para trazer o debate para o campo das relações. Problematizar é, de acordo com Michel Foucault (*apud* Iñiguez, 2004), mais

que transformar o que está naturalizado em problemático, buscar entender como tal coisa ganhou o *status* de evidência inquestionável; pensar de que maneira algo conseguiu se instalar como a-problemático.

Este artigo tem como objetivo compreender e problematizar discursos de mulheres e homens jovens, residentes na comunidade do Alto do Paraíso, Recife, acerca dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. O contato com eles e elas foi feito a partir do Clube de Mães da comunidade.

Esta comunidade foi estudada no Projeto Guarda-Chuva - Mulheres jovens e dupla proteção: um estudo comparativo de diferentes circuitos de socialidade, em Recife e Caruaru – PE (2008-2010)³. Debruçando-nos sobre os dados encontrados nesta pesquisa, pudemos perceber que dentre as dificuldades relatadas pelas pesquisadoras, estão as entrevistas com meninas que não tinham filha(o)s e moravam na casa dos pais (e mães). Esta(e)s, em geral, estranhavam o interesse das pesquisadoras em conversar com suas filhas sobre sexo. A maioria das mães e pais só reconhecem a vida sexual ativa das filhas, e a possibilidade de elas estabelecerem relações sexuais com outras pessoas, quando

as filhas engravidam; o que nos permite inferir que a gravidez possibilita certa liberdade sexual à jovem, e que a vida sexual das meninas é tomada como inexistente, dentro de casa. Sendo assim pouco (ou nada) se fala sobre sexo, sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), sobre contracepção, e outras questões ligadas aos direitos sexuais e aos direitos reprodutivos.

O foco de "*Menina, fecha as pernas!*" e *outras questões do gênero* recai, sobretudo, nos discursos que carregam discussões referentes ao controle e regulação do corpo feminino, numa relação sexo-gênero, buscando entender a partir dos discursos da(o)s jovens, de que maneira pessoas e instituições interferem nesses discursos. Mais que compreender o que se diz sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos, corpo, sexualidade e sexo; tentar entender como se diz, em que se apóiam para dizer e como esses dizeres interferem na relação das mulheres jovens com o seu corpo e sua sexualidade. E, a partir daí, pensar que novos discursos podem ser propostos de modo a contribuir para igualdade de gênero, em consonância com um projeto de sociedade pautado num ideal de equidade e anti-hierarquia.

O interesse pelas questões de gênero

surgiu de uma aproximação com as discussões de gênero numa perspectiva feminista (Butler, 2003; Haraway, 2010) Deste modo, "*Menina, fecha as pernas*" e *outras questões de gênero* é um estudo sobre o controle do corpo feminino, seus mecanismos de sustentação e suas implicações nas relações sociais; problematizando, paralelamente, questões referentes a gênero, mulher, pesquisa e intervenção na interface entre o campo psi e os saberes interdisciplinares do campo dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos.

Do(s) Conceito(s) de Gênero

Segundo Linda Nicholson (2000) gênero pode ser usado de duas maneiras diferentes. Podemos usar este termo em oposição a "sexo". E se opondo ao biologicamente dado, este descreveria aquilo que é socialmente construído. A outra maneira é quando falamos de construções sociais que diferenciam "masculino" e "feminino". E quando muitos autores perceberam que a sociedade forma ações e modos de vida, mas também as maneiras do corpo aparecer e se constituir, essa segunda forma de falar de gênero passou a incluir também a separação entre "corpos

femininos” e “corpos masculinos”, e como o corpo é visto através de uma interpretação social, não podemos pensar “sexo” independente de “gênero”.

A cultura se apropria do biológico e, como indica Maria Luiza Heilborn (1998), as propriedades simbólicas particulares à constituição do masculino e do feminino são fenômenos da relação hierárquica entre eles. Acolher a idéia de que existe o dimorfismo sexual na espécie humana não nos furta o reconhecimento de que o sexo é uma categoria historicamente datada. Ou, em outras palavras, pensar em diferenças sexuais não nos furta pensar que há também uma diferenciação que é culturalmente construída.

Gênero é a organização social da diferença sexual. É um conceito que estabelece significados às diferenças corporais. Nesse sentido “gênero” abrange “sexo”. Essas diferenças estão ligadas ao nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento está implicado nos contextos discursivos (Scott *apud* Nicholson, 2000).

Cientistas sociais se referem à *gênero* como um fator ou dimensão de análise, mas ele também se aplica a pessoas reais como uma marca de diferença biológica, linguística e/ou cultural. Gênero seria,

portanto, uma complexidade; com a totalidade permanentemente protelada, permitindo múltiplas convergências e divergências, sem estar preso a um *telos* normativo e definidor (Butler, 2003).

Da Sexualidade, dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos

A sexualidade não é um dado, mas um produto. Não tem essência, e sim, história. O poder não é aquilo que a subjuga, mas aquilo que a constitui; o saber não a descobre. Inventa-a (Mezan, 2002). Segundo Almeida, Castro e Miranda (2007) a sexualidade é socialização, processo em que se relacionam desejos, pertencas a novos grupos, auto-afirmações a reproduções do visto, do aprendido. O privado se torna público, impregnado de influências, poderes, ainda que vivido como tão único e próprio.

Em 1984, no IV Encontro Internacional Mulher e Saúde, em Amsterdã, grupos feministas consagram a expressão ‘direitos reprodutivos’; a terminologia “Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos” se difunde por volta do início dos anos 1990, refletindo novos desdobramentos que possibilitaram trazer o tema da sexualidade para o centro do debate (Janotti, 2004).

Os direitos sexuais dizem respeito à igualdade e à liberdade no exercício da sexualidade. Para tal é indispensável tratar sexualidade e reprodução como dimensões da cidadania e da vida democrática. Concebê-los como dois campos separados é crucial no sentido de assegurar a autonomia dessas duas esferas da vida, o que permite relacioná-los entre si e com várias outras dimensões da vida social (Ávila, 2003).

Essa luta no campo ideológico para romper com a moral conservadora, que prescrevia para as mulheres a submissão da sexualidade à reprodução teve, e continua tendo, segundo Betânia Ávila (2003), um significado muito forte na história da prática política e do pensamento feminista⁴.

A expressão “Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos” é, portanto, uma forma de reforçar que se tratam de dois direitos diferentes que precisam ser assegurados, não recaindo na relação direta (que muitas vezes se impõe) entre sexualidade e reprodução.

Da Juventude

Quando se refere à questão etária, a literatura sobre saúde sexual e saúde reprodutiva o faz a partir de dois conceitos:

o de adolescência (que abrange pessoas entre 10 e 20 anos) e o de juventude (que abrange pessoas entre 15 e 24 anos). Quando se fala em adolescência, o sentido etário remete ao plano individual, e em geral possui significados negativos, como dependência, irresponsabilidade, dificuldades emocionais e impulsividade. Juventude remete a um significado vinculado a um construto sociológico, e os significados costumam ser positivados: independência, criatividade e responsabilidade (Vilela & Doreto *apud* Cordeiro & Quadros, 2010). Desse modo, optamos neste artigo pela utilização do termo *juventude*, uma vez que o conceito de *adolescência* parece remeter a um recorte mais biológico.

Objetivos

‘Destrinchando o mais subjetiva e objetivamente possível os desafios a que esse trabalho se propôs’

O objetivo foi o de compreender como a(o)s jovens participantes das oficinas sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos, intituladas *Conversando sobre Gravidez na Adolescência* discutem, a problemática da opressão a que as mulheres são submetidas, e, mais especificamente, o controle do corpo

feminino e os entraves que esse controle provoca na autonomia das mulheres quanto ao seu corpo e sua sexualidade, tentando refletir mais especificamente sobre os seguintes pontos: o que se diz sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos, corpo, sexualidade e práticas afetivo-sexuais; como se diz, em que se apoiam para dizer e como esses dizeres interferem na relação das mulheres jovens com o seu corpo e sua sexualidade.

Metodologia

Neste artigo analisamos duas oficinas realizadas pelo Grupo Muda. Este grupo é formado por estudantes de graduação e pós-graduação em Psicologia da UFPE, sendo uma delas uma das autoras deste artigo, e tem como orientadora a professora Dra Karla Galvão Adrião (que também escreve este artigo). O Muda desenvolve uma atividade de Extensão Universitária que se propõe a facilitar oficinas com mulheres jovens de comunidades periféricas do Recife sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Trata-se de uma Pesquisa Qualitativa baseada numa perspectiva feminista e de ciência pós-estruturalista. Desse modo,

nosso posicionamento de pesquisadoras, feministas e militantes se entrecruza nesta pesquisa, que é, antes de mais nada, uma prática social.

A primeira destas oficinas foi realizada no Alto do Paraíso⁵. Foram convidadas a participar todas as doze meninas entrevistadas no Projeto Guarda-Chuva “Mulheres jovens e dupla proteção”, para tal, fomos ao Clube de Mães da comunidade, apresentar nossa proposta e ver a disponibilidade de realizarmos as oficinas naquele local. Tratava-se de uma oficina que ocorreria em duas tardes, uma de integração, com o intuito também de conhecer as jovens e, outra, a partir das demandas surgidas na pesquisa referida.

Explicamos nossa intenção de trabalhar sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos, a partir das questões que a pesquisa mencionada sinalizou como dúvidas das participantes, e outras que surgissem na hora. A diretora não titubeou. Ofereceu-nos uma sala, pôs-nos em contato com a Agente Comunitária de Saúde (ACS) e essa se ofereceu para convidar as jovens da pesquisa, posto que as vê todos os dias. Divulgamos com cartazes no local, na Unidade de Saúde, e pedimos à ACS que não chamasse só as participantes da

pesquisa, mas que convidasse todas as meninas que ela encontrasse que estivessem na faixa etária entre 16 e 25 anos, já que o retorno que queríamos dar era para a comunidade e não restritamente às participantes da pesquisa.

Na *primeira oficina* contamos com 05 mulheres, com idades entre 19 e 28 anos. A oficina foi satisfatória em seu objetivo de integração e escuta de suas demandas. Elas pareciam entusiasmadas e todas se comprometeram em voltar na semana seguinte, para continuarmos conversando.

Na *segunda oficina*, apesar do entusiasmo demonstrado, nenhuma delas retornou. Por coincidência, 07 jovens que fazem parte do Clube estavam ociosos por uma hora, enquanto aguardavam a organizadora de outra atividade concluir uma reunião. Esta propôs que realizássemos a oficina com eles. e então, feitas as devidas adaptações, realizamos a oficina, que foi 'surpreendentemente'⁶ satisfatória para nós e para elas/eles. No início da oficina foi explicado às/aos participantes a necessidade de gravar o áudio, pediu-se a autorização de cada um(a), lembrando que a qualquer momento o MP3 poderia ser desligado. Contudo, em nenhum momento isso foi solicitado.

A oficina foi interrompida pela coordenadora que os chamou para outra atividade, e a(o)s própria(o)s jovens perguntaram se poderíamos voltar na semana seguinte. Não podíamos e combinamos com eles na semana posterior, isto é, 14 dias depois.

Na *terceira oficina* voltaram 5 dos 7 jovens, e os outros dois pediram aos colegas que justificassem sua ausência. Essa oficina foi ainda mais participativa que a anterior, uma tarde de conversa, num clima de confiança e tranquilidade. A(o)s jovens fizeram muitas perguntas, tiraram muitas dúvidas e contaram algumas experiências. Desse modo, neste artigo analisamos a segunda e a terceira oficina⁷, já que nestas aparecem bem mais questões referentes ao controle do corpo feminino, proporcionando mais material e discussões mais coerentes com o objetivo da pesquisa.

Trata-se de uma análise temática, que, segundo Bardin (*apud* Blanchet e Gotman, 1992), consiste em recortar transversalmente o que de um trecho a outro se refere ao mesmo tema. Após várias leituras de toda a transcrição foram selecionadas as questões mais relevantes e agrupadas em 5 categorias, que entrelaçam os dois objetivos da pesquisa: 1)

Compreender o que se diz sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos, corpo, sexualidade e práticas afetivo-sexuais e 2) Tentar entender como se diz, em que se apoiam para dizer e como esses dizeres interferem na relação das mulheres jovens com o seu corpo e sua sexualidade.

As categorias de análise são: a) Relações de poder nas negociações; b) A Relação entre Sexualidade, Reprodução e Prazer; c) Gravidez como problema a ser evitado; d) Como as facilitadoras (des)tratam alguns métodos contraceptivos; e e) Controle do/no Corpo (da Mulher).

Análise

Relações de poder nas negociações

Em dois momentos da oficina os comentários sugerem uma associação entre o preservativo masculino e o uso pelo homem:

Não sei que coragem os homens tem de usar isso (apontando para a camisinha)... (Iracema (C))

Minha mãe...ô...meu padrasto não quer usar[camisinha]. (Bentinho (C))

No primeiro vemos que junto com a aversão ao preservativo, vem o questionamento acerca de como os homens

conseguem usá-lo, desconsiderando a possibilidade de participação feminina no uso. Embora numa relação heterossexual quem use efetivamente o preservativo masculino é o homem, a mulher pode colocar nele, inclusive isso pode ser também um momento de carícias e fazer parte da vivência sexual.

Nessa relação existe ainda a possibilidade de uso do preservativo feminino. E se não há homem na relação, pensando, por exemplo, numa relação sexual entre duas mulheres, continua havendo a necessidade do uso do preservativo. Entretanto, o preservativo feminino não foi mencionado pela(o)s participantes.

No segundo exemplo, quando Bentinho (C) fala que a mãe não gosta de “usar camisinha” e corrige para padrasto, não só ele, mas todos os demais riem bastante, como se entendessem prontamente que ocorreu uma confusão. Ninguém cogita tratar-se do preservativo feminino. Deduz-se que ele se referia ao preservativo masculino e que se equivocou quando disse que a mãe usava. Tal episódio nos sugere que o preservativo feminino é pouco conhecido e/ou difícil de encontrar, sendo desconsiderado como método contraceptivo.

Quando perguntamos a quem cabe

decidir sobre o uso da camisinha, apareceram quatro respostas:

Eu acho que o homem devia ter mais consciência (Bentinho (C))/ Os dois (Iracema (C))/ Eu acho que o casal tem que conversar e chegar num diálogo (Narizinho (C))/ O homem (Macabéia (C)).

O que essas quatro respostas têm em comum é a participação masculina na decisão, o que faz bastante sentido já que, ao que parece, quando se fala em camisinha, as/os participantes associam ao preservativo masculino, e é no corpo do homem que ele é colocado. Podemos agrupar essas respostas em dois tipos: os que acham que cabe ao homem e os que acham que cabe aos dois decidirem. Ninguém atribui a decisão à mulher. Sobre isso Borges (2007) pontua que:

[...] as relações de gênero têm impacto profundo nas escolhas contraceptivas tendo em vista que as mulheres tendem a não usar ou a abandonar o uso de preservativos masculinos em relacionamentos com parceiros estáveis quando há envolvimento afetivo-amoroso, tornando-se mais vulneráveis às doenças sexualmente transmissíveis e AIDS (p. 599).

O fato de o preservativo ser predominantemente e às vezes exclusivamente masculino, e tido como algo que o homem usa, dificulta bastante o acesso a esse método contraceptivo. E o seu uso ocorre de forma unilateral, já que é ao homem que cabe portar e usar.

Quando as/os jovens falam na oficina da colega que engravidou, comentam que havia o interesse dela em usar preservativo, e a negativa do companheiro, parecendo haver uma desigualdade de gênero ilustrada nos comentários. Da jovem se fala do quanto sua vida vai mudar, das dificuldades que enfrentará. Já do jovem se fala da responsabilidade que deveria ter tido, mais precisamente a que não teve:

Uma menina tão jovem...(Bentinho (C))
Ele tem que assumir as conseqüências!
(Iracema (C))

Parece haver uma relação assimétrica não só nas negociações no cotidiano sexual, mas também na hora de uma gravidez inesperada e não-desejada. Ela(e)s colocam a mulher, e não o homem, no lugar de quem vai “perder um pouco da adolescência”. Isso aponta também para a questão que, embora existam diferenças nos corpos - é a mulher

que gesta, e não o homem - ao que parece, essa diferença dá sustentação a uma desigualdade nas atribuições, que é muito mais da ordem da cultura que da anatomia dos corpos. As/os jovens parecem ilustrar isso ao comentar da decisão primordialmente masculina no uso do preservativo, e ao tratar de forma diferente a responsabilidade e as expectativas diante de uma gravidez não planejada pelo casal.

A Relação entre Sexualidade, Reprodução e Prazer

A relação entre sexualidade e reprodução parece ser bastante estreita e, ao pensar a gravidez como o principal risco de uma relação sexual sem métodos de proteção, pouca ou nenhuma atenção se dá às DST's:

-O que é que vocês acham quando acontece isso de um homem querer, mas a mulher não quer, ou o contrário?(Capitu (F))

-Acaba abortando uma criança que não tem nada a ver né?(Macabéia (C))

-Vocês pretendem usar camisinha? (Carolina (F))

-Eu vou usar, claro, eu só quero ter filhos depois que eu tiver terminado a faculdade.

(Iracema (C))

Ao associar o uso do preservativo apenas à prevenção da gravidez, a(o)s jovens parecem não lembrar que há também o risco de contrair DST's. Sendo assim, nos casos em que não há interesse em evitar a gravidez, ou quando o casal faz uso de métodos contraceptivos, ela(e)s podem estar mais vulneráveis à transmissão de DST's.

Além disso, essa associação entre sexualidade e reprodução parece invisibilizar o aspecto prazeroso da sexualidade:

-Camisinha é importante porque evita doenças e gravidez. Principalmente gravidez (Bentinho (C))

-E só faz sexo pra ter filho é? (Gabriela (F))

-Não...tem gente que faz sexo por brincadeira, só pra ter prazer...(Bentinho (C))

Quando ele fala “por brincadeira” e “só para ter prazer” parece achar que é pouca coisa, ou que falta alguma outra finalidade na relação sexual, que o prazer não é motivo suficiente para a prática sexual. É necessário um propósito mais sério, como a reprodução, por exemplo.

Foucault (*apud* Almeida, Castro e Miranda, 2007) fala de duas formas de apropriação da sexualidade por saberes: uma

ars erotic, em que prevalece a preocupação com o prazer e a subjetividade, e a *scientia sexualis*, em que a tônica seria o discurso científico e a preocupação com a reprodução, afirmando o lugar da medicina no disciplinamento do corpo. Ao que parece, as falas se referem mais à *scientia sexualis* do que à *ars erotic*.

O debate feminista no Brasil, desde a década de 80, com a criação do Programa Integral de Atenção a Saúde da Mulher (PAISM), tenta salientar esse aspecto do prazer, do desejo e do erotismo, para além da saúde materno-infantil. Outro exemplo disso é a máxima feminista: *Nosso corpo nos pertence*, ao deslocar essa relação que direciona a sexualidade feminina para a reprodução. O discurso da(o)s jovens na oficina, contudo, parece manter a idéia da reprodução como destino.

Gravidez como Problema a ser Evitado

Segundo Portela (2009), existe a concepção culturalmente e historicamente construída de que a mulher, biologicamente dotada de útero e, por isso, capaz de gestar e parir, precisa ter entre seus projetos a maternidade, a família e a casa para garantir a manutenção da ordem e do sistema. O

controle do corpo feminino está ligado ao controle da família e da sociedade.

Se existe essa naturalização da mulher como aquela que deseja ser mãe, parece que quando se trata de gravidez na juventude as falas se voltam para a prevenção, e a gravidez é apresentada como algo problemático para todas as jovens, e se ensinam, portanto, formas de evitar esse “problema”.

Vários são os verbos que remetem a perigo: *prevenir, cuidar, evitar, proteger*. Falando sobre o início da menstruação, enquanto um indicador da possibilidade de gravidez, Iracema (C) diz:

Quando a minha colega menstruou, a mãe dela disse: já sabe né? Agora já pega menino!

Geralmente se fala da gravidez como algo problemático, “pegar menino” é quase como “pegar uma doença”. As facilitadoras também, em vários momentos falam da gravidez como algo que certamente todo(a)s aqueles jovens querem evitar:

-Essa aqui é a pílula do dia seguinte, é um remédio que se toma quando a mulher esquece de tomar a pílula e faz sexo sem camisinha. Ou não toma a pílula e transa, aí

a mulher pode tomar ele até 72 horas depois de ter transado. (Capitu (F))

-Quanto mais rápido melhor. E lembrando que não é pra fazer isso toda semana, é só em casos de emergência, muito esporadicamente. O ideal é que você se previna de outra forma. Caso falhe, toma essa pílula. (Gabriela (F))

Capitu (F) apresenta a pílula como um método que se usa depois de uma relação sexual sem camisinha, e Gabriela (F) arremata alertando que o ideal é buscar outras formas de prevenção, e evitar usar esta. As facilitadoras não consideram a possibilidade de não desejar utilizar formas de prevenção, não falam da opção de ter o bebê não planejado, nem deixam claro que ela está se referindo a um caso de gravidez indesejada. Parecem estar pressupondo que a gravidez é indesejada para a(o)s jovens.

Nesse mesmo sentido, Gabriela (F) mostra a tabelinha e diz que nos dias férteis se evita a gravidez. Dessa forma, desconsidera que é possível que algumas pessoas desejem ter filha(o)s na adolescência:

-Vocês conhecem a tabelinha?A mulher conta 4 dias antes e 4 dias depois [do dia fértil]e evita relações nesse período. (Gabriela (F))

Sobre esses outros sentidos negligenciados nos trechos acima, Almeida, Castro e Miranda (2007) falam da gravidez como um de exercício de autonomia. Segundo as autoras, algumas jovens decidem ter o filho contrariando a disposição de seus parceiros e até familiares, exercendo, desse modo, um poder de decisão, de orientar, por conta própria, a dinâmica de seu corpo e as formas de viver a sexualidade.

Esse aspecto aparece, em contrapartida, quando logo depois da fala supracitada de Gabriela (F) Capitu (F) apresenta o desejo de gravidez como possibilidade:

-Ou se a mulher quiser engravidar ela investe mais nesses dias férteis, concentra as relações sexuais porque a chance de engravidar é maior. (Capitu (F))

Neste trecho o método da tabelinha aparece não mais como um método exclusivamente contraceptivo, mas como um recurso para a mulher conhecer o corpo e se planejar conforme suas escolhas.

Segundo Almeida, Castro e Miranda (2007) ao equacionar conversa sobre sexo com conversa sobre prevenção (em geral para evitar gravidez) estamos negligenciando sentidos mais complexos que

remetem à subjetividade e à plasticidade das trajetórias sexuais.

Não só os/as jovens da pesquisa reiteram isso ao trazer discursos que remetem à gravidez como algo problemático, mas também as facilitadoras que, em alguns momentos, acabam se detendo muito mais nas formas de prevenção em detrimento das carreiras sexuais da(o)s jovens.

Sexo como algo a se fazer discretamente

O que a gente faz é por debaixo dos pano prá ninguém saber. (...) É debaixo dos pano que a gente fala do fulano e diz o que convém (...) É debaixo dos pano que eu me afogo que eu me dano sem perder o bem (...) É debaixo dos pano que a gente esconde tudo e não se fica mudo e tudo quer fazer⁸.

É comum destacar a individualidade quando se discutem as práticas sexuais, contudo ela não se afirma fora de formas sancionadas, ou seja, de acordo com controles culturais (Almeida, Castro & Miranda, 2007). Sobre isso destacamos este trecho:

-Essa semana tinha uma mulher vindo de lá [da Unidade de Saúde da Família] cheia de camisinha. Balançando na mão, aí ficou todo

mundo olhando para a cara dela. Aí um homem ficou ‘tirando onda’, aí ela disse: isso aqui é pra usar contigo. (*Iracema (C)*)

-E o que vocês acham dessa situação? (*Gabriela (F)*)

-Horível! (*Bentinho (C)*)

-Ela não tem nenhum respeito. (*Iracema (C)*)

-Mas se ela não tivesse mostrado pra todo mundo, ela estaria certa de ir lá pegar quantas camisinhas ela vai usar? (*Emília (F)*)

-‘Tava’ (*Bentinho (C)*)

-Então o que está errado é o quê? Por que vocês acharam errado? (*Emília (F)*)

-O escândalo que ela fez. (*Iracema (C)*)

-E o rapaz que perguntou o que ela ia fazer?

O que é que vocês acham? (*Capitu (F)*)

-Mas ele só perguntou porque ela ‘tava’ mostrando. Se ela tivesse botado dentro de uma bolsa ninguém ia saber que aquilo era camisinha. (*Ulisses (C)*)

-Mas se fosse um homem com camisinha ia fazer diferença? (*Capitu (F)*)

-Um homem não ia sair mostrando a camisinha. Eu mesmo botava na bolsa. (*Ulisses (C)*)

-E se fosse um homem balançando a camisinha? (*Capitu (F)*)

-Era diferente. Ele ia ser o gostosão. (*Macabéia (C)*)

-Podiam até pensar que ele era gay. (*Lóri (C)*)

-Por quê? (*Capitu (F)*)

-Porque gay é que gosta de se ‘amostrar’. (*Bentinho (C)*)

-E gay faz mais sexo. (*Lóri (C)*)

Segundo Toneli (apud Azevedo et al,

2010), a separação entre o público e o privado destina este segundo a uma suposta autonomia quanto aos diversos modos de ser, sobretudo, quando se trata da vida sexual. Supostamente inacessíveis aos “olhares alheios”, essas relações tornam-se, entretanto, alvo da suspeita e do controle do Estado que disciplina e dociliza os corpos, e da comunidade, que normatiza e prescreve o que é correto; isto para citar somente alguns dos atores que compõem o que Donna Haraway (2009) vai chamar de um circuito integrado.

No diálogo acima vemos o sexo como algo a se fazer discretamente. O “escândalo”, como Iracema (C) nomeia, está em mostrar as camisinhas, em anunciar publicamente aquilo que se deve fazer de forma discreta, reservado à intimidade; contudo esta prática, ainda que vivida de forma reservada, é extremamente atravessada por ditames sociais.

Neste trecho emerge ainda uma tensão de gênero e sexualidade. Quando Macabéia (C) afirma que se fosse um homem ele seria “o gostoso”, ela presentifica em seu discurso um adjetivo que as pessoas usariam, em oposição a toda a crítica que se atribuiria (e se atribuiu por ela(e)s próprios) à mulher em questão ou a

outra que fizesse também tal “escândalo”). Este discurso aponta que ter muitas relações sexuais seria bom quando se tratasse de um homem, e criticável quando se tratasse de uma mulher, havendo porém a possibilidade de ela acionar a discrição como linha de fuga.

Entretanto Ulisses (C) afirma que um homem não faria isso. E Lóri (C) diz que os outros diriam tratar-se de um homossexual. Como se, ao fazer algo impróprio ao ideário hegemônico e normativo do gênero, o homem dissesse também de sua orientação sexual. Existe um roteiro implícito daquilo que o homem pode ou não fazer e que a mulher pode ou não fazer, e fugir disso é uma questão que passa pela interface entre gênero e sexualidade.

A regulação parece estar muito mais no que se diz de suas práticas sexuais do que naquilo que, efetivamente, faz-se ou é feito de sua sexualidade. Ela poderia, segundo a(o)s jovens da oficina, pegar quantas camisinhas quisesse, desde que colocasse na bolsa. Desde que tirasse das vistas dos outros aquilo que só diz respeito a ela. Mas parece que o limite dessa intimidade é diferente. Se a intimidade do homem tivesse escapado ou tivesse sido exposta, ele não passaria pela mesma censura. Ora se atribui

um adjetivo (gostosão), ora se critica sua postura, mas não de forma equivalente à mulher que fez uma coisa “horrível”, “não tem nenhum respeito”, que fez um “escândalo”.

Segundo Giddens (*apud* Almeida, Castro & Miranda 2007), o exercício da sexualidade se processa por meio de possibilidades e se realiza dentro de um marco cultural delimitado por preconceitos e rituais. As trajetórias são marcadas por exigências no que diz respeito à performance e às afirmações sobre o eu no mundo. A sexualidade é dimensionada por tênues fronteiras entre intimidade, formas de ser, padrões socioculturais e por ditames da sociedade de consumo.

Aquilo que parece tão íntimo, e que se julga que deve assim ser mantido, é, no entanto, extremamente construído e modulado por olhares e imposições diversas que controlam das mais diversas formas o corpo e o cotidiano sexual das pessoas.

Como as facilitadoras (des)tratam alguns métodos contraceptivos

-E o que é billing? (*Lóri (C)*)

Gabriela (F) explica como é este método natural, fala das secreções que podem ser observadas ao longo do ciclo menstrual e

Capitu(F) completa:

-Mas a mulher teria que conhecer muito bem seu corpo. Além de que não é um método 100% seguro.

-Existem formas de se prevenir da gravidez, a partir do que o meu corpo diz que está acontecendo. Por exemplo, no décimo quarto dia do ciclo menstrual o meu muco vai estar mais denso, e uns 4 dias antes e depois também, aí eu coloco o dedo dentro da vagina e sinto ele mais denso. E a minha temperatura também se altera um pouquinho.

(*Gabriela (F)*)

-Esse pouquinho é pouquinho mesmo. Não é que a mulher vai ter febre. Se o normal era 36, ela vai ter 36,5. (*Emília (F)*)

-E aí é muito difícil conhecer tanto o corpo, então não é suficiente. Como a gente não conhece o corpo, tem que usar outras formas para se prevenir, tem mulher que conhece, mas aí tem que tirar a temperatura todos os dias, observar o muco todos os dias. (*Gabriela (F)*)

Segundo Toneli (*apud* Azevedo *et al*, 2010), a medicina, a psiquiatria e a pedagogia irão constituir-se com base na necessidade de controle. Fica evidente neste trecho que, mesmo não tendo o objetivo de ocupar nenhum desses lugares, ao apresentar o método da tabelinha nós, as facilitadoras, tentamos mostrá-lo como uma possibilidade, contudo demos muito mais ênfase às fragilidades do método. Falamos de sua

imprecisão, dos riscos e do quanto se precisaria conhecer bem o corpo. Acabamos, de alguma forma, alinhando-nos a um propósito mais pedagógico (ligado a como fazer “sexo seguro”) do que reflexivo/problematizador (ligado a propiciar discussões, construir possibilidades).

Apontamos esse conhecimento do corpo como muito difícil, quase inalcançável. Esse esforço diz de uma tensão: é importante apontar as limitações deste método, contudo muitas vezes é ele quem está mais acessível para muitas mulheres. Nem sempre o preservativo é um método alcançável, seja pelos custos, seja pelos obstáculos do serviço de saúde, ou mesmo porque não há o desejo de utilizá-lo, como podemos ver nesses dois trechos:

-Vocês sabem dizer se o ‘posto de saúde’ daqui distribui camisinha? (*Capitu (F)*)

-Acho que sim, mas precisa ser maior de idade ou ir com a mãe. (*Iracema (C)*)

-Tem alguma dificuldade em usar camisinha? (*Carolina (F)*)

-É... na hora do bem bom ninguém usa né... (*Bentinho (C)*)

Por mais que o preservativo seja capaz de, mesmo sem estar combinado com outro método, evitar a gravidez e as DST’s, nem sempre se dispõe de um, e nem sempre

se deseja ter um, por isso é importante visibilizar outras possibilidades de contracepção. Além disso, insistir na dificuldade de conhecer o corpo (que é comum a muitas mulheres, mas não é universal) pode não ser a estratégia mais eficaz de romper com essa dificuldade. Acompanhemos o que uma das facilitadoras comenta:

Como a gente não conhece o corpo, tem que usar outras formas para se prevenir.

Deste modo, ela reitera esse desconhecimento, naturalizando-o como algo que é, ao invés de propor formas de deixar de ser, caso a mulher queira conhecer seu corpo e queira utilizar o método da tabelinha como estratégia de prevenir a gravidez.

Sobre isso, Haraway (2000) aponta que as feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação melhor e mais adequada do mundo, de modo a viver bem nele. Além disso, propõe uma relação crítica e reflexiva no que se refere às nossas próprias práticas de dominação e às de outros, e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm.

Ainda sobre essas opressões que as posições contêm, trazemos a problematização das mensagens de saúde pública ou explicações biomédicas feitas por Rao Gupta (*apud* Cornwall & Welbourn, 2006). Segundo o autor, essas mensagens erram o alvo ao dizer às pessoas o que elas deveriam *saber* ou *fazer*, por se basearem em mensagens generalizadoras, incapazes de atingir as preocupações particulares das pessoas, oferecendo prescrições que pouco reconhecem as dimensões interpessoais, culturais e sociais da sexualidade e da reprodução.

É interessante notar que o discurso que trazemos, enquanto facilitadoras, é semelhante ao discurso que costuma ser trazido quando se fala sobre saúde sexual e saúde reprodutiva. Além disso, está ligado ao foco na prevenção e em evitar a gravidez, baseando-se em pressuposições (como a de que se deseja evitar a gravidez, ou a de que o preservativo é acessível) que nem sempre são encontráveis.

Controle do/no Corpo (da Mulher)

No trecho a seguir, podemos pensar várias questões sobre o controle e a regulação do corpo da(o)s jovens. Ainda que

incida de forma diferente nos homens jovens e nas mulheres jovens, a questão a que nos referimos aqui nesse ponto é o atravessamento de discursos nos processos de subjetivação e nos desejos desta(e)s jovens:

-Me perguntaram se 'boquete'⁹ engravida...

(Lóri (C))

-Não. Não engravida mas tem o risco de DST's. (Capitu (F))

-Aí por exemplo o menino é gay, e a mãe não sabe, e ele aparece com a boca estourada...(Lóri (C))

-Mas ela não tem como saber se foi boquete, e também boquete se faz homem no homem, homem na mulher, mulher na mulher, mulher no homem,...ela não tem como saber...(Capitu (F))

-Mas se for pro médico com a mãe e ele disser? (Lóri (C))

-Mas o médico não tem como saber. As doenças que se pegam fazendo boquete, por exemplo herpes, se pega também beijando.(Emília (F))

Haraway (2000) nos fala da fragilidade da distinção entre público e privado, ou entre pessoal e político. Segundo ela, não é suficiente mostrar apenas o quanto estes termos se constroem mutuamente. Ela propõe a idéia de uma rede ideológica, e esboça a idéia de um circuito integrado:

Casa, Mercado, Local de Trabalho, Estado, Escola, Hospital, Igreja. Cada um desses espaços idealizados está lógica e praticamente implicado em qualquer outro *locus*.

No trecho acima percebemos o controle que a mãe (ou, pensando mais amplamente, a família) e o médico exercem nos posicionamentos das pessoas. No caso do médico, além dele aparecer como aquele que sabe, aparece como uma ameaça à manutenção do desconhecimento da mãe acerca das práticas sexuais da(o)s filha(o)s. São vários agentes interferindo nos desejos e práticas, pois o controle se dá a partir de uma rede, de um “circuito integrado”.

Segundo Almeida, Castro e Miranda (2007), é principalmente como *saber controle* e não como *saber prazer* que os pais são ouvidos (e não necessariamente seguidos) na etapa de iniciação sexual. E os direitos formais, de acordo com Heise (*apud* Cornwall & Welbourn, 2006), representam pouca proteção às violações cotidianas de seus corpos, levadas a cabo por aqueles próximos a eles, na esfera da vida “privada” de seus lares. A própria idéia de direito está impregnada de noções ocidentais a respeito do indivíduo, que não reconhecem as complexas redes de relações nas quais as

pessoas estão envolvidas e que afetam o seu bem estar sexual e reprodutivo.

A transformação de condições sociais que tornam o bem-estar sexual e reprodutivo vulnerável exige ir além dos “grupos-alvo” e das mensagens didáticas. As estratégias precisam ir além do indivíduo e da conscientização. Aquilo que as pessoas sabem pode não ter qualquer impacto sobre o que elas fazem (Cornwall & Welbourn, 2006).

Nós, enquanto facilitadoras e enquanto também atravessadas por esses discursos que nos subjetivam, também trazemos vários discursos que acabam se alinhando a esse controle integrado. A pergunta de Lóri (C) pode ser lida como “O sexo oral é uma forma segura do ponto de vista dos riscos de gravidez?” e Capitu (F) diz que sim, mas chama a atenção para os riscos de DST’s, que existem e precisam ser apresentados, mas com isso acaba ressaltando os riscos (de DST’s), e não as possibilidades (de viver a sexualidade sem engravidar). Como acontece também neste trecho:

-Pode engravidar de roupa? (Iracema (C))

-Se o espermatozóide atravessasse a roupa, ele atravessava a camisinha? (Emília (F))

-Acho que sim, mas a camisinha é de

plástico... não sei... (Lóri (C))

-Eu nunca vi isso acontecer, é muito difícil!
(Capitu (F))

Emília (F) tenta fazê-los concluir a resposta, mas Capitu (F) não afirma a impossibilidade de gravidez, e ao dizer que é “muito difícil”, sugere haver um risco mínimo, e, portanto, que é preciso ter cuidado.

Contudo há momentos em que outros métodos contraceptivos são apresentados, ainda que colocadas como possíveis na falta de camisinha:

-Coito interrompido é quando o menino retira o pênis da vagina, antes de ejacular.
(Emília (F))

-Mas é difícil, às vezes o menino não sente há tempo e acaba ejaculando dentro, às vezes um pouquinho antes já há sêmem, então é arriscado. (Gabriela (F))

-Mas assim, na falta de camisinha, se vai transar e não quer engravidar, isso ajuda a reduzir as chances. Continua correndo riscos de pegar DST's mas reduz bastante as chances de engravidar. Não é 100% mas ajuda. (Capitu (F))

Aqui vemos um esforço em ampliar as possibilidades, e deixar claro que evitar a gravidez é uma opção.

Em vários momentos aparecem

dúvidas da(o)s jovens que indagam de fundo “se eu transar ou me masturbar vai ter alguma coisa no meu corpo que diga o que eu estou fazendo?” como sintetizou a facilitadora durante a própria oficina:

-Dizem que quando as pessoas que têm muita espinha começam a transar as espinhas vão sumindo, é verdade?

-Tem gente que diz que quando se masturba, enche de espinha. (Iracema (C))

-Eu já ouvi dizer que a mulher fica com olheiras quando começa a transar. (Lóri (C))

-Eu sei que ela fica com o corpo todo quebrado. (Bentinho (C))

-A mãe da minha amiga disse que a menina fica puxando de uma perna quando ‘vira mulher’¹⁰. (Iracema (C))

-A questão é: vou começar a me masturbar, as pessoas vão olhar para a minha cara e vão saber? Não! Não vai ter nada no meu corpo que diga que eu tive uma relação sexual. As pessoas só vão saber se eu falar. Eu não vou ficar mancando, não vou ficar com a cara cheia de espinhas. (Gabriela (F) [e explicou que a adolescência muitas vezes coincide com um período de espinhas, mas esse não está ligado à prática sexual. E se o corpo ficar dolorido, pode ser devido ao esforço físico].

-E as olheiras podem ser porque ela passou a noite sem dormir. (Emília (F))

-Então masturbação não faz mal?

-Não faz mal e não vão saber, se você não disser. (Capitu (F))

-E ganha mais corpo? (Iracema (C))
-Faz parte do processo de amadurecimento.
Não está ligado à prática sexual. (Gabriela (F))

São várias perguntas, mas todas parecem ir no mesmo sentido: o de buscar formas de ter uma vida sexual que escape ao saber da(o)s outros, e desta vez parece que nós, facilitadoras, conseguimos responder à questão a partir de um discurso que tenta romper com o hegemônico (ligado à prevenção, riscos e práticas a evitar). Ao dizer que há como viver a sexualidade sem que os outros fiquem sabendo, estamos de alguma forma construindo junto com elas e eles possibilidades de viver a sexualidade mais livremente.

É interessante notar também como as(os)jovens controlam umas(uns) à/aos outra(o)s. Em um dado momento da segunda oficina convidamos os jovens a manusear o preservativo. Antes de abrir todo mundo se olha, observam-se, esperam alguém começar. Lóri (C) vai abrir a camisinha com a boca e pára, ao ser interceptada pelos colegas, mas não sabe porque.

Iracema (C) pensa em fazer da camisinha uma bexiga e Macabéia (C) diz: “Ai ela botou a boca!” e Bentinho (C) completa: “Eu não acredito que ela fez isso.”

Capitu (F) pontuou: “Pode colocar a boca!” mesmo assim ela parou de tentar encher. Emília (F) encheu, e em seguida outras três meninas encheram também.

A interdição quanto a colocar a boca no preservativo é algo que se exerce do grupo para o grupo, e dizer-lhes que não tem problema não faz muita diferença; já encher com a boca (como fez Emília (F)) é mais eficaz. Tal intervenção só foi possível porque nos colocamos nesta oficina enquanto facilitadoras, estabelecendo uma relação horizontal com as participantes e entendendo a pesquisa como prática social, e não mera coleta de dados.

Coerente com nossa perspectiva de trabalho feminista, ao entrarmos em contato com sujeitos da pesquisa, trocamos saberes, compartilhamos idéias e construímos estratégias. Segundo Haraway (2000), nas categorias filosóficas tradicionais, talvez a questão seja mais ética e política do que epistemológica. Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro menos desigual.

Considerações Finais

O controle e a regulação dos corpos se dão das mais diversas formas. Velado ou escancarado; seja proibindo, ou impondo, pelo que se pensa, pelo que se pensa que a/os outra(o)s pensam, pelo que dizem. Incide cotidianamente nas práticas e nos dizeres. As conversas sobre sexo costumam girar em torno da prevenção, e pouco se fala (tampouco se estimula) os prazeres e os desejos.

O controle dos corpos femininos guarda ainda algumas especificidades, pois se espera de nós, mulheres, performances voltadas ao âmbito privado. A discricção quanto às práticas sexuais parece ser considerada importantíssima, assim como os projetos de maternidade. Mas sobre este se coloca ainda uma questão geracional: uma jovem, no contexto contemporâneo, não deve engravidar.

Estimular a sensualidade no uso da camisinha parece ser uma estratégia a somar com a sensibilização quanto à importância do uso do preservativo. Para tanto, é necessário assumir a importância do prazer sexual, e a vida sexual dos/as jovens como existente, mesmo quando ele(a)s não falam dela.

A primazia da camisinha masculina pode ser vista como uma reiteração de uma dependência feminina, pois ofertar a uma menina um preservativo masculino para que ela possa se precaver é também uma postura heteronormativa. O acesso a camisinha feminina não liquidaria a questão, já que esta também parece ter sido projetada tomando por base uma relação heterossexual. Para além destas questões referentes ao preservativo, que podem ser facilmente absorvidas por discursos de controle e prevenção apenas, chamamos a atenção para a dificuldade em falar da sexualidade enquanto momento de prazer. Isso aparece nas falas dos(as) participantes, fazendo alusão a alguém, e nas falas das facilitadoras, que às vezes, sem perceber, também reproduzem formas de controle que criticam.

Estas formas de controle são muitas e parecem vir de muitas pessoas e instituições. Não só a família e o discurso médico, mas também as nossas falas em alguns momentos, são carregadas de uma lógica preventiva, que deste modo foram incorporadas também à análise depois da realização das oficinas. Além disso, estamos em diálogo com as e os participantes, influenciando e sendo influenciadas

mutuamente.

Pensar criticamente nosso fazer militante não nos furta reconhecer nossas possibilidades de intervenção. Ou, dito de outra forma, reconhecer que são poucas as nossas possibilidades de intervenção, não implica em abrir mão do nosso fazer militante. Cabe destacar ainda alguns momentos em que conseguimos oferecer possibilidades, para que a(o)s jovens construam caminhos, quando falamos do coito interrompido, ou quando afirmamos que é possível ter relações sexuais e masturbar-se sem que os outros saibam, se não quisermos contar.

Às vezes a transformação se dá nesse sentido, pois parece ter sido uma intervenção mais eficaz pensar em formas de manter o cotidiano sexual na vida privada, do que problematizar durante a oficina a necessidade de fazê-lo “discretamente”, embora esta reflexão tenha cabido neste artigo e certamente caberá em tantos outros.

Deste modo, a realização das oficinas e a feitura deste artigo foi um prazeroso exercício ético-político de compreensão, problematização e intervenção, circunscrito às nossas possibilidades de atuação, sendo atravessado também por vários discursos de controle. Contudo, a partir destas reflexões é

possível não apenas compreender concepções, mas também repensar posições.

Notas

¹ Reconhecemos que este termo é atravessado por uma tensão discursiva e conceitual, podendo ser questionado em que medida os sujeitos tem efetivamente autonomia. Respaldamo-nos em uma perspectiva foucaultiana (1996), segundo a qual as relações são perpassadas por jogos de poder que circulam.

² O termo opressão foi trazido intencionalmente com o intuito de evidenciar as desigualdades de gênero que são mantidas enquanto regulações de gênero (Butler, 2003) e estão sendo trabalhadas a partir de ações que vão ser descritas neste artigo.

³ As autoras deste artigo participaram deste projeto de pesquisa.

⁴ O pensamento feminista não é um bloco homogêneo, utiliza-se aqui no singular para efeito da escrita, mas é importante evidenciar que existem várias correntes, tais como eco-feminismo, feminismo marxista, feminismo liberal, entre outros.

⁵ Nome fictício de uma comunidade localizada na periferia da cidade do Recife-PE.

⁶ Uma vez que não havíamos nos programado para tal.

⁷ Os nomes fictícios das facilitadoras (participantes do Grupo Muda) e as idades são: Capitu (21), Ceci (26), Carolina (24), Emília (19) e Gabriela (23) (essas serão identificadas com um (F) após seus nomes ao longo da análise). E a(o)s demais participantes (jovens do clube de mães) são: Bentinho (18), Dom Casmurro (17), Iracema (14), Lori (12), Macabéia (13), Narizinho (15) e Ulisses (15) (essa(s) serão identificados com um (C) após seus nomes).

⁸ Trechos da música *Por debaixo dos pano* de Ney Matogrosso.

⁹ Expressão coloquial que se refere ao sexo oral.

¹⁰ Expressão que remete ao início da vida sexual.

Referências

- Abramo, Helena Wendel. (2007). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANP.
- Almeida, Nadir Oliveira Galvão Leite; Castro, Mary Garcia & Miranda, Marlene Barreto Santos. (2007). Juventude, Gênero, Família e Sexualidade. Combinando Tradição e Modernidade. In A. Borges & M. G. Castro. (Orgs.). *Família, Gênero e Gerações: Desafios para as Políticas Sociais*. Paulinas, São Paulo.
- Araújo, Raíssa Barbosa. (2010). *Os Significados e as práticas relacionados à dupla proteção na organização da vida sexual de jovens mulheres de uma comunidade do Recife*. Relatório de Prática de Pesquisa 2, Recife.
- Ávila, Maria Betânia. (2003). Direitos Sexuais e Reprodutivos: Desafios para as Políticas de Saúde. In: *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro.
- Blanchet, Alain & Gotman, Anne. (1992). *A Enquete e seus métodos de entrevista*. (G. Menezes, Trad.). Editions Nathan: Paris.
- Borges, A. L. V. (2007). Relações de gênero e iniciação sexual de mulheres jovens. *Revista da Escola Enfermagem da USP* 41: 597-604.
- Butler, Judith. (2003). *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Bourdieu, Pierre. (1974). *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Camurça, Sílvia. (2007). “Nós mulheres” e nossa experiência comum. In: *Cadernos de Crítica Feminista*, Ano I-Des. Recife: Edições SOS CORPO.
- Cordeiro, Rosineide Meira & Quadros, Marion Teodósio. (2010). Jovens agricultoras, salário-maternidade e o critério idade. In R. Cordeiro, M. Menezes & P. Scott. (Orgs.). *Gênero e Geração em Contextos Rurais*. Santa Catarina: Editora Mulheres.
- Cornwall, Andrea & Welbourn, Alice. (2006). *Direitos Sexuais e Reprodutivos: Abordagens Participativas em Experiências Mundiais*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Foucault, Michel. (1996). *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- Haraway, Donna. (1995). Saberes Localizados: A Questão da Ciência para o Feminismo e o Privilégio da Perspectiva Parcial. In: *Cadernos Pagu. Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP*. São Paulo.
- Heilborn, Maria Luiza. (1988). Gênero: um olhar estruturalista. In Pedro, Joana M. et al. *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis, Ed Mulheres.
- Iñiguez, Lupicínio (coord). (2005). *Manual de análise do discurso em Ciências Sociais*. São Paulo: Ed. Vozes.
- Janotti, Cláudia Bonan. (2008). Reflexões em Torno do Debate Feminista sobre Direitos Sexuais. Labore Laboratório de Estudos Contemporâneos. *Polêmica: Revista Eletrônica*.
- Mccarthy, Julie. & Galvão, Karla. (2001). *Projeto Artpad: um recurso para teatro, participação e desenvolvimento*. [S. l.]: Centre for applied theatre research.
- Mezan, Renato. (2002). *A Vingança da Esfinge – Ensaio de Psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Portela, Ana Paula. (2009). *Corpo, Sexualidade e Reprodução*. Recife. SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia.
- Saramago, José. (1986). *A jangada de pedra*. Rio de Janeiro: Record.
- Toneli, Maria Juracy Figueiras. (2010). Práticas de/na intimidade: o que queremos dizer com isso? In M. Azavedo, J. Brasilino, J. Lyra & B. Medrado. (Orgs.). *Homens e Masculinidades: Práticas de*

Intimidade e Políticas Públicas.

Recife: Instituto Papai.

Karla Galvão Adrião: Doutora em Psicologia e Professora da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Maria Eduarda dos Santos Barbosa: Psicóloga formada na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Contato: galvoadriao@gmail.com